

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Marisa Lojas S.A. (“Companhia” ou “Marisa”), incorporada no Brasil, com sede na Rua James Holland, 422, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 28 de abril de 1959, é uma Companhia de capital aberto e está listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código de negociação AMAR3, sendo classificada no nível “Novo Mercado” de Governança Corporativa.

A Marisa e suas controladas (em conjunto a “Companhia” ou “Consolidado”) se dedicam principalmente ao comércio varejista e atacadista de produtos de consumo, comércio eletrônico, administração do Cartão Marisa, concessão de empréstimos para pessoas físicas, dentre outras atividades. A relação das controladas está evidenciada na nota explicativa n.º 12 e outros detalhes sobre as informações por segmento foram fornecidos na nota explicativa n.º 33.

A Companhia possui participação direta e indireta nas seguintes sociedades:

- a) Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (CLUB) - tem por objetivo principal a administração do Cartão Marisa e a participação no capital social de sociedades. Com o intuito de simplificar a estrutura societária iniciada em 2015, em 01 de dezembro de 2016 a CLUB incorporou as controladas abaixo:
 - i) Primos Participações Ltda. (“Primos”) – cujo objetivo principal era a administração da contratação de seguros pessoais entre os usuários do Cartão Marisa e as seguradoras.
 - ii) TCM Participações Ltda. (“TCM”) – cujo objetivo principal era a prestação de serviços de cobrança, assessoria de crédito e administração de carteiras de cobrança do Cartão Marisa.
 - iii) TEF Serviços de Processamento de Dados Ltda. (“TEF”) – cujo objetivo principal era a impressão e a remessa das faturas do Cartão Marisa.
- b) MAX Participações Ltda. (“MAX”) - opera como “holding”, investindo na seguinte sociedade:
 - i) SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“SAX”) - tem por objetivo atuar no mercado de crédito, financiamento e investimento no segmento varejista, concedendo empréstimos para pessoas físicas.
- c) Registrada - Marcas, Patentes e Royalties Ltda. (“Registrada”) - opera a gestão de ativos intangíveis não financeiros, incluindo a administração de marcas, a compra, a venda, o uso e o licenciamento pelo uso de marcas e patentes, o recebimento de “royalties”, a permissão para reprodução e a utilização das marcas e patentes em processos e produtos.

1.1 *Aprovação das demonstrações financeiras*

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de fevereiro de 2017, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 *Bases de elaboração e apresentação*

As demonstrações financeiras individual e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e

interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Bases de consolidação

As controladas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

A aquisição de 20% do capital total da Netpoints em abril de 2014 não caracterizou aquisição de controle e, por não atender aos requerimentos estabelecidos pelo CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, as informações financeiras da Netpoints não foram consolidadas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado seguem a sua natureza, complementado pela eliminação do seguinte:

- Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

a) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, de liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, títulos e valores mobiliários, partes relacionadas, outros créditos e instrumentos financeiros derivativos.

A mensuração de ativos financeiros depende de sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, no caso da Companhia e de suas controladas, compreendem os saldos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos.

2) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, no caso da Companhia e de suas controladas, compreendem contas a receber de clientes, partes relacionadas e outros créditos. Os juros pagos e recebidos incorridos sobre empréstimos e recebíveis são classificados como operações de financiamento e investimento e não são classificados como transações operacionais na demonstração do fluxo de caixa.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge

A Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros, não sendo utilizados instrumentos derivativos com o objetivo de especulação. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas em cada exercício como ganhos ou perdas no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, quando a transação for elegível e caracterizada como um hedge efetivo na modalidade de fluxo de caixa, e que tenha sido efetivo durante o exercício relacionado.

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge. Além disso, a Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de hedge são, ou não, altamente eficazes nas suas variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício quando o item protegido for efetivamente realizado.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como os mesmos são calculados estão descritos na nota explicativa n.º 31.

(v) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, contas a pagar, outras obrigações, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

1) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, no caso da Companhia, compreendem os saldos de instrumentos financeiros derivativos.

2) Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, no caso da Companhia, compreendem os saldos de fornecedores, contas a pagar, outras obrigações e empréstimos e financiamentos.

3) Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros líquidos dos custos de transação incorridos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros.

d) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo custo amortizado dos títulos representativos desses créditos.

e) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda.

f) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

g) Intangível

Os gastos com as aquisições de licenças de programas de computador ("software") e de sistemas de gestão empresarial são capitalizados e amortizados conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 15 e os gastos associados à respectiva manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de software são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

Os fundos de comércio e os direitos de uso de infraestrutura pagos pela Companhia quando da assinatura dos contratos de aluguel são capitalizados e posteriormente amortizados linearmente pelo prazo do respectivo contrato de locação, pois não são recuperáveis ao final do prazo de locação.

A vida útil estimada é revisada ao final de cada exercício. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de despesa consistente com a funcionalidade do ativo intangível.

h) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros

Os bens do imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, ela é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs), os quais correspondem a cada uma das lojas.

i) Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do período pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e os benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamento financeiro é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme mencionado no item f), ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor.

j) Provisões para litígios e demandas tributárias, cíveis e trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável a saída de recursos financeiros para liquidar essa obrigação e o valor pode ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras.

k) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

As receitas de vendas e os respectivos custos são registrados quando da entrega das mercadorias aos clientes e as receitas de prestação de serviços de cobrança e intermediação de produtos financeiros do Cartão Marisa são registradas quando o serviço é prestado.

As receitas decorrentes das operações com cartão de crédito são apropriadas observando-se o critério "pro rata", com base no método da taxa efetiva de juros.

l) Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas e serviços prestados, exceto:

- quando os impostos sobre vendas e serviços prestados incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas e serviços prestados é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas e serviços prestados; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas e serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

m) Resultado financeiro (receitas e despesas financeiras)

Representam juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e cambial ativa e passiva, vinculada aos empréstimos com instrumento de "swap", resultado de variação cambial líquido dos ganhos e das perdas com instrumentos financeiros derivativos ("swap" contratado) e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

n) Ajuste a valor presente

As operações de compras e vendas a prazo, prefixadas, foram trazidas a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que a controlada incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. A Companhia adota a taxa média de encargos financeiros das captações, pois o preço à vista e o parcelamento prefixado têm o mesmo valor de venda, não sendo política da Companhia conceder descontos para pagamentos antecipados; além disso, não é considerada a variável juros na política de precificação dos produtos.

o) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

(i) Correntes

A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL é calculada de acordo com a legislação fiscal vigente, com base no lucro líquido contábil ajustado pelas

adições e exclusões de despesas e receitas não dedutíveis ou não tributáveis fiscalmente no momento do seu registro.

Para as controladas Club e Sax, as bases de cálculo do IRPJ e da CSLL também são apuradas com base no regime de lucro real. Para as demais controladas, o regime de apuração utilizado é o de lucro presumido.

(iii) Diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos foram calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais do IRPJ e as bases negativas de CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas esperadas na realização dos respectivos impostos diferidos ativos ou na liquidação dos impostos diferidos passivos. A despesa com IRPJ e CSLL diferidos é reconhecida no resultado do exercício, exceto quando se referir a bases cujos efeitos são contabilizados diretamente no patrimônio líquido; nesse caso, a despesa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro diferidos ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

p) Plano de outorga de opções de compra de ações

O valor justo das opções outorgadas pela Companhia a executivos é reconhecido como despesa no resultado, durante o período no qual o direito é adquirido. Nas datas dos balanços, a Administração da Companhia revisa as estimativas quanto à quantidade de opções e reconhece, quando aplicável, no resultado do período em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais.

q) Apresentação de informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pelo Diretor Presidente.

r) Dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP)

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório (25% sobre o lucro líquido) é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos" no patrimônio líquido.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do lucro líquido do exercício, diretamente no patrimônio líquido.

s) Investimentos

As participações em sociedades controladas e em coligada são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Controladora. Nas operações entre as controladas da Companhia, os ganhos ou perdas não realizados, foram eliminados. As práticas contábeis adotadas pelas sociedades controladas são uniformes com as adotadas pela Companhia. Para a aplicação do método da equivalência patrimonial na coligada Netpoints, a Companhia utiliza a demonstração contábil mais recente, respeitando o limite de dois meses e, até a data da divulgação das demonstrações financeiras anuais, não houve eventos significativos que afetassem os números divulgados.

t) Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

4. PRINCIPAIS FONTES DE JULGAMENTO E ESTIMATIVAS

A Administração da Companhia e de suas controladas realiza estimativas e premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

a) Provisão para perdas de inventário

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centrais de distribuição, e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na data do balanço.

b) Provisão para desvalorização dos estoques

A desvalorização dos estoques ocorre quando itens são vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de troca de coleção, além de itens identificados no período com baixo giro. A Companhia estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques na data do balanço, com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes do Cartão Marisa são controladas por faixa de vencimento e CPF dos respectivos clientes, sendo efetuado acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas, aplicando-se esse percentual sobre os valores vencidos acima de 90 dias, considerados como críticos pela Administração.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre a carteira de empréstimo pessoal é constituída, preventivamente, por provisões adicionais aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 com base na perda histórica.

d) Provisão para litígios e demandas tributárias, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação da Administração com base na opinião dos seus consultores jurídicos.

e) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O julgamento da administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

f) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

g) Transações com Pagamentos Baseados em Ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

5. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

A seguir apresentamos os pronunciamentos novos ou revisados que ainda não estão em vigor e serão efetivos nos próximos exercícios sociais:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros
(Vigência a partir de 01/01/2018)

Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma e as transações que potencialmente serão impactadas estão divulgadas na nota explicativa 8c.

IFRS 15 Receitas de contratos com clientes
(Vigência a partir de 01/01/2018)

O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações financeiras. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma e não espera que esta norma produza impacto relevante nas demonstrações financeiras.

IFRS 16 – Arrendamento Mercantil
(Vigência a partir de 01/01/2019)

Tem o objetivo de unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma e as transações que potencialmente serão impactadas estão divulgadas na nota explicativa 32 – Arrendamento Operacional – Locação de Lojas.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	10.205	13.668	10.214	13.676
Bancos conta movimento	24.918	30.523	25.827	31.480
Aplicações financeiras	300.019	309.749	383.017	506.457
	<u>335.142</u>	<u>353.940</u>	<u>419.058</u>	<u>551.613</u>

6.1 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Operações compromissadas (i)	257.310	287.547	318.215	432.490
CDB (ii)	42.131	21.219	42.609	21.777
CDI (iii)	-	-	19.067	50.445
Outras aplicações financeiras	578	983	3.126	1.745
	<u>300.019</u>	<u>309.749</u>	<u>383.017</u>	<u>506.457</u>

(i) Referem-se a operações compromissadas em debêntures, que se caracterizam pela venda de uma debênture com o compromisso por parte do vendedor (Banco) de recomprá-la e do comprador (Companhia) de revendê-la a qualquer momento e sem perda de rendimento, o qual varia de 99,2% a 103,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (de 100,0% a 102,0% em 31 de dezembro de 2015).

(ii) Refere-se a aplicações em CDB com compromisso de recompra a qualquer tempo pela instituição financeira e sem perda de rendimento, o qual varia entre 90,0% e 101,5% do CDI (90,0% e 101,5% em 31 de dezembro de 2015).

(iii) Refere-se a aplicações em CDI – Interbancária da controlada Sax Financeira, com compromisso de recompra a qualquer tempo pela instituição financeira e sem perda de rendimento, o qual varia entre 98,8% e 100,0% do CDI (99,8% e 100,0% em 31 de dezembro de 2015).

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Taxa de rendimento - %		Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Bancos (a)	-	-	17.539	-	28.488	-
CDB	(c)	(c)	249	8.172	333	10.623
Operações compromissadas	(b)	(b)	238	438	455	789
Outros títulos e valores mobiliários	-	-	1.345	1.657	1.345	1.712
			<u>19.371</u>	<u>10.267</u>	<u>30.621</u>	<u>13.124</u>
Ativo circulante			965	328	965	328
Ativo não circulante			18.406	9.939	29.656	12.796
			<u>19.371</u>	<u>10.267</u>	<u>30.621</u>	<u>13.124</u>

(a) Refere-se à saldos em conta corrente dados em garantia a processos judiciais e fiança à operação de *co-branded* com o Itaú.

(b) Refere-se à operação compromissada em debêntures, com rendimento de 100,0% a 102,0% do CDI dadas em garantia em processos judiciais (de 100,0% a 102,0% do CDI em 31 de dezembro de 2015).

(c) Aplicações em CDB com rendimento de 100,0% a 104,0% do CDI dadas em garantia em processos judiciais (de 100,0% a 104,0% do CDI em 31 de dezembro de 2015).

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contas a receber de clientes - Cartão Marisa:				
A vencer:				
Até 30 dias	104.661	117.443	123.761	120.331
De 31 a 60 dias	58.527	79.895	67.576	66.094
De 61 a 90 dias	38.185	29.153	62.675	61.961
De 91 a 120 dias	24.826	11.428	46.002	45.258
De 121 a 150 dias	14.010	4.309	34.853	33.421
De 151 a 180 dias	698	-	20.824	19.278
De 181 a 210 dias	497	-	18.145	16.306
Acima de 210 dias e menor de 360 dias	1.279	-	32.183	26.250
	<u>242.683</u>	<u>242.228</u>	<u>406.019</u>	<u>388.899</u>
Vencidas:				
Até 30 dias	-	-	66.775	71.828
De 31 a 60 dias	-	-	25.151	23.897
De 61 a 90 dias	-	-	21.194	19.885
De 91 a 120 dias	-	-	20.414	19.957
De 121 a 150 dias	-	-	17.816	17.168
De 151 a 180 dias	-	-	17.589	17.056
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>168.939</u>	<u>169.791</u>
	<u>242.683</u>	<u>242.228</u>	<u>574.958</u>	<u>558.690</u>
Administradoras de cartões de crédito – terceiros (a)	27.738	167.524	27.738	168.304
Cartão “co-branded” - Marisa Itaucard (b)	23.786	32.257	23.786	32.257
Contas a receber - Banco Itaú Unibanco	-	-	6.611	6.728
Operações de crédito pessoal – SAX (c)	-	-	132.880	184.112
Outras contas a receber	330	3.899	450	4.215
Ajuste a valor presente	(6.988)	(7.080)	(6.988)	(7.251)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (d)	-	-	(83.649)	(115.814)
	<u>287.549</u>	<u>438.828</u>	<u>675.786</u>	<u>831.241</u>

- (a) Refere-se a saldo com administradoras de cartões de crédito onde o recebimento em até 90 dias é de 94% em 31 de dezembro de 2016 (97% em 31 de dezembro de 2015). A fim de preservar níveis adequados de liquidez, a Cia optou por antecipar parte de sua carteira de recebíveis de cartões de terceiros. O saldo antecipado, em 31 de dezembro de 2016, totalizou R\$122.195.
- (b) Conforme contrato celebrado com o Banco Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A. (“Itaú Unibanco”) para criação do cartão de crédito Itaú Unibanco/Marisa (“co-branded”), nas situações em que ocorre a migração do cliente detentor do “Cartão Marisa” para este novo cartão, os saldos a receber em aberto são automaticamente assumidos pelo Itaú Unibanco, o qual pagará à Marisa o valor principal acrescido de juros previamente contratados pelo cliente nas vendas parceladas, se aplicável.
- (c) Em 31 de dezembro de 2016, o montante das operações de crédito pessoal está assim distribuído por prazo de recebimento:

	31/12/2016	31/12/2015
A vencer:		
Até 30 dias	20.483	15.965
De 31 a 60 dias	17.875	29.639
De 61 a 90 dias	13.864	16.823
De 91 a 180 dias	26.311	20.997
Acima de 181 dias	15.404	25.664
	<u>93.937</u>	<u>109.088</u>

	31/12/2016	31/12/2015
Vencidas:		
Até 30 dias	7.034	10.920
De 31 a 60 dias	4.539	8.248
De 61 a 90 dias	4.031	7.910
De 91 a 120 dias	3.783	7.906
De 121 a 150 dias	3.484	7.517
De 151 a 180 dias	3.338	7.244
De 181 a 240 dias	6.154	12.806
De 241 a 300 dias	4.462	8.682
De 301 a 360 dias	2.118	3.791
	<u>38.943</u>	<u>75.024</u>
	<u>132.880</u>	<u>184.112</u>

(d) A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(9)	(98.563)
Créditos provisionados no exercício	(40)	(294.536)
Créditos baixados definitivamente	49	277.285
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(115.814)
Créditos provisionados no exercício	-	(235.182)
Créditos baixados definitivamente	-	267.347
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(83.649)

Transferência de contas a receber de clientes

A Companhia em dezembro de 2016 cedeu o montante de R\$30.000 de seu contas a receber de clientes para instituição financeira. Estas contas a receber de clientes não foram desreconhecidas do balanço, pois a Companhia reteve os riscos e benefícios dos recebíveis, principalmente o risco de crédito. O valor recebido na transferência foi reconhecido como um empréstimo bancário garantido (veja nota explicativa 17).

9. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Mercadorias para revenda	310.440	336.510	310.440	336.510
Provisões para perdas dos estoques (a)	(24.199)	(37.844)	(24.199)	(37.844)
Mercadorias para revenda, líquida	286.241	298.666	286.241	298.666
Importação em andamento	40.233	18.442	40.233	18.442
Estoque de material de consumo e embalagem	11.764	11.149	11.764	12.499
	<u>338.238</u>	<u>328.257</u>	<u>338.238</u>	<u>329.607</u>

(a) Refere-se às prováveis perdas de inventário e desvalorização dos estoques e sua movimentação é como segue:

	Controladora/ Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(16.475)
Provisão registrada	(53.666)
Baixa de provisão	32.297
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(37.844)
Provisão registrada	(32.018)
Baixa de provisão	45.663
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(24.199)

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Imposto sobre Circulação Mercadorias e Serviços	7.057	16.559	7.057	18.121
Imposto de renda sobre aplicação financeira	24.348	17.178	39.246	33.587
Imposto de Renda Retido na Fonte	-	-	1.604	2.167
Contribuição p/ o Financiamento da Seguridade Social	65	98	8.231	459
Programa de Integração Social	20	30	283	348
Outros	6.053	3.158	6.356	3.894
	<u>37.543</u>	<u>37.023</u>	<u>62.777</u>	<u>58.576</u>
Ativo circulante	27.730	37.023	52.535	58.304
Ativo não circulante	9.813	-	10.242	272
	<u>37.543</u>	<u>37.023</u>	<u>62.777</u>	<u>58.576</u>

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo não circulante:				
Prejuízo fiscal	167.505	113.010	181.987	137.069
Base negativa de CSLL	60.302	40.684	65.515	49.345
Receita diferida - parceria Itaú Unibanco	-	-	11.724	12.681
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	22.188	25.337
Provisão para litígios e demandas judiciais	52.003	18.055	55.697	22.841
Provisão para perdas nos estoques	8.228	12.867	8.228	12.867
Bônus a empregados	1.444	-	1.560	116
Provisão de aluguéis	4.585	9.681	4.585	9.681
Ajuste a valor presente	1.257	1.508	1.257	1.553
Provisão para perdas (ganhos) de "swap"	3.095	(717)	7.596	(5.565)
Provisão para perdas (ganhos) de hedge	-	(1.337)	-	(1.337)
Provisão para perdas (ganhos) de hedge accounting	3.202	(2.644)	3.202	(2.644)
Outros	5.491	6.696	8.313	8.848
	<u>307.112</u>	<u>197.803</u>	<u>371.852</u>	<u>270.792</u>

O saldo de imposto de renda diferido ativo inclui o efeito dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social da Marisa Lojas, que são imprescritíveis e compensáveis com lucros tributáveis futuros

A movimentação do exercício está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	129.885	184.566
Adições	71.483	101.429
Baixas	(3.565)	(15.203)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>197.803</u>	<u>270.792</u>
Adições	121.287	116.954
Baixas	(11.978)	(16.129)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>307.112</u>	<u>371.617</u>

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, aprovadas pelos órgãos da Administração, a estimativa de recuperação do saldo de IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa encontra-se demonstrada a seguir:

Ano:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
2016	-	-	-	14.462
2017	-	8.040	6.564	22.501
2018	19.850	12.557	26.414	16.354
2019	36.586	17.222	43.153	17.222
2020 a 2023	171.371	115.875	171.371	115.875
	<u>277.807</u>	<u>153.694</u>	<u>247.502</u>	<u>186.414</u>

b) Conciliação da alíquota efetiva de IRPJ e CSLL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(190.793)	(102.674)	(144.915)	(76.008)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (despesa) do IRPJ e da CSLL, de acordo com a alíquota vigente	64.870	34.909	49.271	25.843
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Multa sobre autos de Infração	(65)	(390)	(65)	(390)
Equivalência patrimonial	40.767	35.027	-	-
Efeitos da diferença de alíquota da CSLL da financeira Sax	-	-	(5.862)	(6.070)
Outras adições permanentes	(2.785)	(2.636)	(7.818)	(3.518)
Lucro, exceto resultado financeiro, das controladas cuja tributação é feita com base no lucro presumido:				
Reversão do efeito da tributação - lucro real	-	-	46.985	45.166
Tributação pelo regime de lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas como base para cálculo	-	-	(15.556)	(20.787)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	1.866	-
Perdas de IRPJ e da CSLL sobre prejuízos fiscais do período em função de incorporação da controlada Visual	-	-	(11.912)	-
	<u>102.787</u>	<u>66.910</u>	<u>56.129</u>	<u>40.244</u>
Imposto de renda e contribuição social, efetivos:				
Correntes	-	-	(37.693)	(44.974)
Diferidos	102.787	66.910	93.822	85.218
	<u>102.787</u>	<u>66.910</u>	<u>56.129</u>	<u>40.244</u>

12. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação e estão sendo apresentados nesta nota na divulgação da Controladora. Os detalhes estão apresentados a seguir:

12.1 Saldos e transações

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante:				
Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda (a)	21.487	15.997	-	-
Visual Com. Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda (b)	-	41.385	-	-
Sax S.A- Crédito, Financiamento e Investimento (c)	4.437	4.178	-	-
Due Mille Participações Ltda (c)	-	28.140	-	-
Netpoints Fidelidade S.A. (g)	-	-	-	7.255
Registrada Marcas e Patentes Ltda	-	75	-	-
	<u>25.924</u>	<u>89.775</u>	<u>-</u>	<u>7.255</u>
Ativo não circulante:				
Empréstimo a diretor estatutário (i)	1.529	-	1.529	-
	<u>1.529</u>	<u>-</u>	<u>1.529</u>	<u>-</u>
Passivo circulante:				
Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (d)	9.595	9.617	-	-
Due Mille Participações Ltda. (e)	-	146	-	-
Adiantamento de partes relacionadas (h)	48.942	-	-	-
Aluguéis a pagar (f):				
Mareasa Participações Ltda.	32	29	32	29
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil.	6.572	5.997	6.572	5.997
	<u>65.141</u>	<u>15.789</u>	<u>6.604</u>	<u>6.026</u>
Resultado:				
Club Administradora de Cartões de Crédito S.A. (d)	6.912	12.532	-	-
Due Mille Participações Ltda. (e)	128	14.949	-	-
Visual Com. Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda (b)	-	21.022	-	-
Aluguéis de imóveis de partes relacionadas (f):				
Mareasa Participações Ltda.	1.202	196	1.202	196
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil.	41.087	39.205	41.087	39.205
	<u>49.329</u>	<u>87.904</u>	<u>42.289</u>	<u>39.401</u>

- (a) Refere-se a valores a receber por reembolso de despesas ocorridas nas lojas referentes ao Cartão Marisa e compartilhamento de despesas administrativas;
- (b) Refere-se a transações de venda de mercadorias;
- (c) Refere-se ao valor de despesas administrativas compartilhadas entre as empresas do grupo;
- (d) Refere-se à comissão paga por administração do Cartão Marisa e repasse de valores por pagamento de clientes nas lojas;
- (e) Refere-se ao serviço de encabidamento e armazenagem;
- (f) Referem-se a valores de aluguéis devidos pela Companhia às empresas ligadas, cuja atividade operacional é a administração de bens móveis e imóveis próprios, conforme demonstrado na nota explicativa nº 32;
- (g) Compra antecipada de pontos do programa de fidelidade Netpoints.
- (h) Refere-se a adiantamentos recebidos de controladas que serão distribuídos posteriormente como dividendos.
- (i) Como parte do contrato de ingresso na Companhia, foi formalizado em 10 de novembro de 2016, Contrato de Empréstimo com seu Diretor-presidente, no valor de R\$1.529. O recurso se destina exclusivamente à aquisição de ações ordinárias da Companhia no mercado, e terá correção pelo IGPM/FGV até o seu vencimento em 28 de junho de 2018.

12.2 - Remuneração da Administração da Companhia

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Conselho de Administração e Comitê de Auditoria	971	1.089
Diretoria	4.899	5.035
Benefícios de curto prazo	163	161
Plano de opções de ações e incentivo de longo prazo	456	356
	<u>6.489</u>	<u>6.641</u>

A despesa com remuneração da Administração está contabilizada na rubrica “Despesas Gerais e Administrativas”, na demonstração do resultado.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 28 de abril de 2016, foi fixado o limite de remuneração global dos administradores em até R\$18.900 para o exercício social de 2016 (R\$20.100 em 31 de dezembro de 2015).

13. INVESTIMENTOS

Os principais detalhes das controladas, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são como segue:

Controladora - 31/12/2016							
	Participação - %	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Total do investimento	Resultado da equivalência
Club	99,99	844.459	547.898	296.561	104.527	296.558	104.523
Max	99,99	107.319	220	107.099	29.216	107.099	29.216
Registrada	99,99	8.031	293	7.738	7.120	7.738	7.120
Incorporadas (a)	-	-	-	-	-	-	(20.957)
Ágio Netpoints	-	-	-	-	-	17.549	-
						<u>428.944</u>	<u>119.902</u>

Controladora - 31/12/2015							
	Participação - %	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Total do investimento	Resultado da equivalência
Club	99,99	813.354	522.317	291.037	92.032	291.037	92.032
Max	99,99	176.746	87.150	89.596	34.272	89.594	34.272
Due Mille (b)	99,99	21.557	29.223	(7.666)	(16.885)	-	(16.883)
Registrada	99,99	1.915	292	1.623	8.591	1.617	8.591
Visual (b)	99,99	16.767	41.710	(24.943)	(8.729)	-	(8.729)
Incorporadas	-	-	-	-	-	-	78
Netpoints	20,00	70.190	68.643	1.547	(27.800)	309	(6.339)
Ágio Netpoints	-	-	-	-	-	17.549	-
						<u>400.106</u>	<u>103.022</u>

Consolidado - 31/12/2016							
	Participação - %	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Total do investimento	Resultado da equivalência
Netpoints	20,00	50.809	68.232	(17.423)	(15.290)	-	-
Ágio Netpoints	-	-	-	-	-	17.549	-
						<u>17.549</u>	<u>-</u>

	Consolidado - 31/12/2015						
	Participação - %	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Total do investimento	Resultado da equivalência
Netpoints	20,00	70.190	68.643	1.547	(27.800)	309	(6.339)
Ágio Netpoints	-	-	-	-	-	17.549	-
						17.858	(6.339)

(a) Incorporação

Dando sequência à simplificação de sua estrutura societária iniciada em 2015, a Companhia aprovou em AGE no dia 28 de abril de 2016, a incorporação da Due Mille (operador logístico) e da Visual (venda por catálogo).

(b) Provisão para passivo a descoberto de controladas

Controladora - 31/12/2015						
	Participação - %	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Prejuízo do período	Total do passivo a descoberto
Due Mille	99,99	21.557	29.223	(7.666)	(16.885)	(7.665)
Visual	99,99	16.767	41.012	(24.245)	(8.729)	(24.943)
						<u>(32.608)</u>

As alterações registradas nas contas de investimentos durante os exercícios de 2016 e de 2015 são como segue:

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício	400.106	452.402
Incorporação das controladas	21.196	(2.368)
Participação no resultado das controladas	119.902	103.022
Provisão para perdas em investimentos	-	16.394
Ganho com investimentos	-	85
Dividendos recebidos	(112.260)	(169.429)
Saldo no fim do exercício	<u>428.944</u>	<u>400.106</u>

14. IMOBILIZADO

14.1 Composição

	Controladora - 31/12/2016			Controladora - 31/12/2015		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Instalações	320.865	(181.952)	138.913	320.587	(155.482)	165.105
Benfeitorias em imóveis de terceiros	785.413	(651.977)	133.436	731.246	(597.179)	134.067
Equipamentos de informática	122.313	(97.027)	25.286	117.029	(85.267)	31.762
Móveis e utensílios	242.446	(141.537)	100.909	199.337	(102.308)	97.029
Veículos	2.464	(1.354)	1.110	2.928	(1.295)	1.633
Obras em andamento	877	-	877	2.065	-	2.065
Outros imobilizados	3.851	(1.898)	1.953	3.674	(1.580)	2.094
	<u>1.478.229</u>	<u>(1.075.745)</u>	<u>402.484</u>	<u>1.376.866</u>	<u>(943.111)</u>	<u>433.755</u>

	Consolidado - 31/12/2016			Consolidado – 31/12/2015		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Instalações	321.335	(182.165)	139.170	321.184	(155.673)	165.511
Benfeitorias em imóveis de terceiros	786.219	(652.447)	133.772	731.999	(597.879)	134.120
Equipamentos de informática	126.992	(100.441)	26.551	122.744	(89.065)	33.679
Móveis e utensílios	243.931	(142.648)	101.283	237.606	(119.363)	118.243
Veículos	2.621	(1.370)	1.251	2.928	(1.295)	1.633
Obras em andamento	877	-	877	2.065	-	2.065
Outros imobilizados	4.188	(2.085)	2.103	4.354	(1.788)	2.566
	<u>1.486.163</u>	<u>(1.081.156)</u>	<u>405.007</u>	<u>1.422.880</u>	<u>(965.063)</u>	<u>457.817</u>

14.2 Conciliação do valor contábil líquido

	Taxa média anual %	Controladora					
		31/12/2015	Adições	Baixas	Incorpo- ração	Transfe- rências	31/12/2016
Instalações	10	165.105	2.226	(1.233)	108	1.039	138.913
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(a)	134.067	62.013	(174)	16	(591)	133.436
Equipamentos de informática	20	31.762	5.111	(27)	409	-	25.286
Móveis e utensílios	10	97.029	8.076	(766)	16.775	-	100.909
Veículos	20	1.633	320	(348)	-	-	1.110
Obras em andamento	-	2.065	266	(1.006)	-	(448)	877
Outros imobilizados	10	2.094	27	(91)	277	-	1.953
		<u>433.755</u>	<u>78.042</u>	<u>(3.645)</u>	<u>17.582</u>	<u>-</u>	<u>402.484</u>

	Taxa média anual %	Consolidado					
		31/12/2015	Adições	Baixas	Incorpo- ração	Transfe- rências	31/12/2016
Instalações	10	165.511	2.236	(1.233)	-	1.039	139.170
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(a)	134.120	62.360	(174)	-	(591)	133.772
Equipamentos de informática	20	33.679	5.378	(27)	-	-	26.551
Móveis e utensílios	10	118.243	8.092	(800)	-	-	101.283
Veículos	20	1.633	477	(348)	-	-	1.251
Obras em andamento	-	2.065	266	(1.006)	-	(448)	877
Outros imobilizados	10	2.566	27	(91)	-	-	2.103
		<u>457.817</u>	<u>78.836</u>	<u>(3.679)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>405.007</u>

(a) O prazo de amortização é realizado conforme prazo contratual, variando entre 5 a 10 anos para ambos os exercícios.

15. INTANGÍVEL

15.1 Composição

	Controladora - 31/12/2016			Controladora – 31/12/2015		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Software	233.724	(123.171)	110.553	205.542	(88.774)	116.768
Fundo de comércio (a)	69.839	(51.989)	17.850	70.839	(47.082)	23.757
Direitos de uso de infraestrutura (a)	26.162	(19.624)	6.538	26.412	(17.461)	8.951
Outros intangíveis	60	-	60	60	-	60
	<u>329.785</u>	<u>(194.784)</u>	<u>135.001</u>	<u>302.853</u>	<u>(153.317)</u>	<u>149.536</u>

	Consolidado - 31/12/2016			Consolidado - 31/12/2015		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Software	244.043	(130.208)	113.835	215.395	(94.866)	120.529
Fundo de comércio (a)	69.839	(51.989)	17.850	70.839	(47.082)	23.757
Direitos de uso de infraestrutura (a)	40.388	(33.849)	6.539	40.638	(31.687)	8.951
Outros intangíveis	68	-	68	68	-	68
	<u>354.338</u>	<u>(216.046)</u>	<u>138.292</u>	<u>326.940</u>	<u>(173.635)</u>	<u>153.305</u>

15.2 Conciliação do valor contábil líquido

	Taxa média anual %	Controladora					
		31/12/2015	Adições	Baixas	Incorp- ração	Transfe- rências	Amortização
Software	20	116.768	26.820	-	1.113	-	(34.148)
Fundo de comércio (a)	(b)	23.757	-	-	-	-	(5.907)
Direitos de uso de infraestrutura (a)	20	8.951	-	(111)	-	-	(2.302)
Outros intangíveis	33	60	-	-	-	-	-
		<u>149.536</u>	<u>26.820</u>	<u>(111)</u>	<u>1.113</u>	<u>-</u>	<u>(42.357)</u>

	Taxa média anual %	Consolidado					
		31/12/2015	Adições	Baixas	Incorp- ração	Transfe- rências	Amortização
Software	20	120.529	28.510	-	-	-	(35.204)
Fundo de comércio (a)	(b)	23.757	-	-	-	-	(5.907)
Direitos de uso de infraestrutura (a)	20	8.951	-	(111)	-	-	(2.302)
Outros intangíveis	33	68	-	-	-	-	-
		<u>153.305</u>	<u>28.510</u>	<u>(111)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(43.413)</u>

(a) Fundo de comércio pago quando da celebração dos arrendamentos das lojas localizadas em ruas, enquanto que os direitos de uso de infraestrutura são os valores pagos referentes as lojas localizadas em shoppings.

(b) O prazo de amortização é realizado conforme prazo contratual, variando entre 5 a 10 anos para ambos os exercícios.

16. FORNECEDORES

16.1 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Mercadoria para revenda nacional	240.339	178.183	240.339	178.183
Mercadoria para revenda importada	57.566	11.754	57.566	11.754
Serviços	12.418	11.941	12.863	12.943
Suprimentos	2.175	4.029	2.350	4.571
Outros	1.828	1.677	1.833	1.682
Ajuste a valor presente	(5.447)	(3.694)	(5.447)	(3.694)
	<u>308.879</u>	<u>203.890</u>	<u>309.504</u>	<u>205.439</u>

Em 31 de dezembro de 2016, o montante de pagamentos antecipados a fornecedores realizados diretamente pela Companhia, cujo vencimento original era posterior a 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$161.673 (R\$153.896 em 31 de dezembro de 2015). Os descontos obtidos com estas antecipações são registrados como redução do custo das vendas, uma vez que estão diretamente relacionados ao contrato de fornecimento de mercadorias.

16.2 FORNECEDORES CONVÊNIO

O montante em 31 de dezembro de 2016 de R\$16.503 trata-se de passivos financeiros junto a fornecedores, por intermédio de instituições financeiras. Devido às características, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de antecipação de recursos utilizando linhas de crédito da Companhia. A Companhia entende que esta transação tem natureza específica, mantendo o mesmo prazo de vencimento e valores envolvidos nas transações comerciais com os fornecedores, dessa forma, classificamos separadamente da rubrica "Fornecedores".

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		
	31/12/2016	31/12/2015	Taxa efetiva
Passivo circulante:			
Debêntures	6.084	181.540	(b)
FINIMP	-	25.671	Juros de 100,71% a 104,50% do CDI
BNDES	15.897	8.364	Juros de TJLP + 1,67%a.a., TJLP + 3,67%a.a., Selic + 3,67% a.a. 6,00%a.a.
Finame	6.776	5.861	Juros de 2,5% a 9,5% a.a.
FINEP	45	-	Juros de TJLP + 4,00% a.a.
Arrendamento mercantil	1.854	4.408	Juros de 0,81% a 1,97% a.a. + CDI (c)
	<u>30.656</u>	<u>225.844</u>	
Passivo não circulante:			
Debêntures	448.059	447.638	(b)
BNDES	78.696	82.968	Juros de TJLP + 1,67%a.a., TJLP + 3,67%a.a., Selic + 3,67% a.a. 6,00%a.a.
Resolução n.º 4131 (d)	52.103	59.852	Juros de 107,75% do CDI (c)
Finame	11.564	17.996	Juros de 2,5% a 9,5% a.a.
FINEP	9.792	-	Juros de TJLP + 4,00% a.a.
Arrendamento mercantil	203	1.724	Juros de 0,81% a 1,97% a.a. + CDI (c)
	<u>600.417</u>	<u>610.178</u>	
	Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	Taxa efetiva
Passivo circulante:			
Debêntures	6.084	181.540	(b)
Capital de Giro	16.646	87.525	Juros de 110,0% a 117,3% do CDI (c)
Resolução n.º 4131 (d)	-	10.837	Juros de 107,65% do CDI (c)
Resolução n.º 2770 (d)	32.572	39.186	Juros de 117,3% do CDI (c)
FINIMP	-	25.671	Juros de 100,71% a 104,50% do CDI
BNDES	15.897	8.364	Juros de TJLP + 1,67%a.a., TJLP + 3,67%a.a., Selic + 3,67% a.a. 6,00%a.a.
Finame	6.847	6.034	Juros de 2,5% a 9,5% a.a.
FINEP	45	-	Juros de TJLP + 4,00% a.a.
Arrendamento mercantil	2.156	4.860	Juros de 0,81% a 2,19% a.a. + CDI (c)
Antecipação de recebíveis (a)	30.000	-	Juros de 1,55% a.m.
	<u>110.247</u>	<u>364.017</u>	
Passivo não circulante:			
Debêntures	448.059	447.638	(b)
BNDES	78.696	82.968	Juros de TJLP + 1,67%a.a., TJLP + 3,67%a.a., Selic + 3,67% a.a. 6,00%a.a.
Resolução n.º 4131 (d)	162.922	183.193	Juros de 107,25% a 107,75% do CDI (c)
Finame	11.605	18.265	Juros de 2,5% a 9,5% a.a.
FINEP	9.792	-	Juros de TJLP + 4,00% a.a.
Arrendamento mercantil	203	1.979	Juros de 0,81% a 2,19% a.a. + CDI (c)
	<u>711.277</u>	<u>734.043</u>	

(a) A fim de preservar níveis adequados de liquidez, em dezembro de 2016 a controlada Club realizou uma operação de antecipação de recebíveis junto ao Banco Safra S.A.

(b) Debêntures

As debêntures emitidas pela Companhia são nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, e suas emissões foram aprovadas em reuniões do Conselho de Administração. As debêntures não possuem garantias, os juros são amortizados semestralmente. As debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizados em moeda nacional e à vista no ato da subscrição. Abaixo seguem as debêntures emitidas pela Companhia:

Debêntures não conversíveis	Principal R\$	Data de emissão	Vencimento final	Títulos em circulação	Encargos financeiros	Controladora e Consolidado	
						31/12/2016	31/12/2015
1ª emissão	300.000	21/06/2011	21/06/2018 (i)	300	111,95% do CDI	300.000	300.000
2ª emissão	350.320	20/12/2011	20/12/2016 (ii)	350	111,20% do CDI	-	175.160
3ª emissão - 1ª série	100.000	25/04/2014	25/04/2019 (iii)	5.000	111,25% do CDI	50.000	50.000
3ª emissão - 2ª série	100.000	25/04/2014	25/04/2021 (iv)	10.000	112,00% do CDI	100.000	100.000
Total do principal						450.000	625.160
Custos de transação a apropriar						(1.050)	(1.876)
Juros a pagar						5.193	5.894
Total Debêntures						454.143	629.178
Passivo circulante						6.084	181.540
Passivo não circulante						448.059	447.638

(i) A amortização da primeira emissão de debêntures será efetuada em parcela única no vencimento em 21/06/2018.

(ii) A amortização da parcela final da segunda emissão de debêntures foi efetuada em 20/12/2016.

(iii) A amortização da terceira emissão de debêntures da 1ª Série será integralmente na data de vencimento das debêntures, ou seja, em 25/04/2019. Em 29 de julho de 2015, a Companhia promoveu uma oferta de aquisição facultativa para recomprar suas 5.000 debêntures da 1ª Série da 3ª emissão, por preço não superior ao valor unitário nominal de cada debênture, acrescido da remuneração calculada *pro rata temporis*, desde a data do pagamento da última remuneração, conforme respectivas escrituras de emissão, e posterior cancelamento. A Companhia poderá revendê-la a qualquer momento sem perda de rendimento.

(iv) A amortização da terceira emissão de debêntures da 2ª Série será em duas parcelas de: (i) 50% do valor nominal das debêntures da 2ª Série ao final do sexto ano a contar da Data de Emissão, portanto em 25/04/2020; (ii) 50% do valor nominal das debêntures da 2ª Série na data de vencimento das debêntures da 2ª Série, portanto em 25/04/2021.

Em relação às cláusulas de “covenants” financeiros, o contrato exige da Companhia a manutenção da razão entre Dívida Líquida e EBITDA (“*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*”, que traduzido para o português significa: “Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização”) em patamar inferior a 3,5 vezes ao ano, considerando-se como dívida líquida a somatória das rubricas de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não-circulante, acrescida da rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não-circulante, excluídas as rubricas: caixa, bancos, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e operações com derivativos do ativo circulante e não-circulante; considera-se o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia encontra-se adimplente com todas as cláusulas de “covenants”.

(c) CDI - Certificado de Depósito Interbancário cuja taxa em 31 de dezembro de 2016 foi de 14% (13,2% em 31 de dezembro de 2015).

(d) Na mesma data da captação desses recursos, a controlada Club contratou operações de “swap” com a mesma instituição financeira, substituindo a exposição cambial por taxas pós-fixadas indexadas a um percentual do CDI. O montante registrado nestas operações está demonstrado na nota explicativa n.º 31.e).

As parcelas do passivo não circulante dos empréstimos e financiamentos vencem como segue:

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
2017	-	12.460	-	12.523
2018	361.678	369.009	472.505	492.777
2019	58.308	56.465	58.316	58.407
Após 2020	180.431	172.244	180.456	170.336
	600.417	610.178	711.277	734.043

Cláusulas contratuais restritivas ("covenants")

A Companhia possui empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants"), conforme consta nos contratos celebrados com os bancos. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia encontra-se adimplente às cláusulas restritivas.

Garantias de empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Tipo de garantia	31/12/2016	31/12/2015
Banco Bradesco S.A., Banco Safra S.A. e Banco Itaú Unibanco S.A.	Fianças bancárias	44.530	177.609
Banco Fator, Tokyo Marine e Zurich	Seguro garantia	144.464	-
		<u>188.994</u>	<u>177.609</u>

18. SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Férias	40.325	35.499	42.794	38.043
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher	8.564	8.128	9.377	8.651
Salários a pagar	11.220	16.661	11.703	17.250
Imposto de renda retido na fonte	2.531	1.018	2.889	1.224
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	3.282	2.354	3.445	2.436
Bônus a empregados	5.111	-	5.111	-
Outros	304	241	322	256
	<u>71.337</u>	<u>63.901</u>	<u>75.641</u>	<u>67.860</u>

19. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ICMS	61.374	71.586	61.374	71.583
COFINS	18.856	18.020	21.370	19.251
PIS	4.085	3.900	4.185	4.096
Outros	1.477	12.158	1.508	12.643
	<u>85.792</u>	<u>105.664</u>	<u>88.437</u>	<u>107.573</u>

20. RECEITA DIFERIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita diferida				
Itaú / Marisa (a)	-	-	34.482	37.296
Anuidade Cartão Marisa	-	-	3.996	-
Netpoints (b)	-	18.250	-	18.250
	<u>-</u>	<u>18.250</u>	<u>38.478</u>	<u>55.546</u>
Passivo circulante	-	1.000	6.811	3.815
Passivo não circulante	-	17.250	31.667	51.731
	<u>-</u>	<u>18.250</u>	<u>38.478</u>	<u>55.546</u>

a) Operação Itaú/Marisa

Simultaneamente à criação do cartão de crédito Itaú/Marisa (“co-branded”) ocorrida em 2008, a Companhia recebeu do Itaú Unibanco a quantia de R\$120.000 pela exclusividade e uso da base de dados de clientes da Companhia.

A Companhia e o Itaú Unibanco, na proporção de 50% para cada um, dividem os resultados decorrentes da oferta, distribuição e comercialização dos cartões de crédito, sendo o pagamento do resultado efetuado trimestralmente.

Em 29 de setembro de 2015, a Companhia e o Itaú celebraram a renovação desta parceria para o desenvolvimento dos cartões embandeirados Itaucard Marisa – MasterCard. A parceria inicial, válida por 10 anos e que entrou em vigor em abril de 2009, foi estendida até 31 de março de 2029. Em virtude desta renovação e ampliação de prazo da parceria, a receita diferida será apropriada ao resultado pela fruição de prazo do respectivo aditamento.

Garantias e compromissos assumidos:

Nesta operação, a Companhia e sua controlada Club, apresentaram garantia no valor de R\$27.689, composta por contas a receber de clientes Cartão Marisa – *private label*, ações e aplicações financeiras.

b) Operação “Netpoints”

Em 25 de fevereiro de 2016 a Companhia e a Netpoints Fidelidade S.A. (“Netpoints”) celebraram um aditivo da parceria cujo objetivo foi a manutenção da parceria até dezembro de 2025, além da revisão do atingimento de metas por ambas as partes, entre outros.

No mesmo ato, o contrato particular que concedeu à Netpoints o acesso, pelo período de 10 anos e pelo qual a Netpoints pagou o valor total de R\$20.000 foi extinto. Em consequência, a Companhia baixou, naquela data, todo o valor que então estava registrado como receita diferida, no montante de R\$ 18.167, dos quais: i) R\$6.676 foram contra pagamento realizado à Netpoints mediante aporte financeiro compensatório em razão das alterações de prazo contratual e eliminação da obrigatoriedade do gasto mínimo e gasto mínimo anual; ii) R\$ 6.961 foram abatidos contra o saldo de pontos comprados antecipadamente pela sua controlada Club (registrados como receita antecipada); e iii) R\$4.530 foram apropriados ao resultado durante o 1º trimestre de 2016 na linha de “outras receitas operacionais”.

21. PROVISÃO PARA LITÍGIOS E DEMANDAS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível e em processos administrativos, em sua maioria de natureza cível. A Administração acredita, apoiada na opinião e nas estimativas de seus advogados e consultores legais, que a provisão para litígios e demandas judiciais é suficiente para cobrir as perdas prováveis. Os saldos das provisões para litígios e demandas judiciais são os seguintes:

	Controladora					31/12/2016
	31/12/2015	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações	
Tributárias:						
FGTS (a)	14.324	1.617	339	-	975	17.255
PIS e COFINS (b)	30.544	47.633	-	-	-	78.177
IPI	-	19.914	-	-	-	19.914
FAP/RAT	6.726	127	-	56	956	7.865
Outros riscos tributários	2.216	6.491	-	-	-	8.707
	53.810	75.782	339	56	1.931	131.918

Trabalhistas	28.971	16.207	(4.855)	(19.803)	-	20.520
Cíveis	866	1.623	(409)	(1.147)	(422)	511
	<u>83.647</u>	<u>93.612</u>	<u>(4.925)</u>	<u>(20.894)</u>	<u>1.509</u>	<u>152.949</u>

Depósitos judiciais	54.683	20.755	(11.852)	-	1.312	64.898
---------------------	--------	--------	----------	---	-------	--------

	Consolidado					31/12/2016
	31/12/2015	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações	
Tributárias:						
FGTS (a)	14.324	1.617	339	-	975	17.255
PIS e COFINS (b)	30.544	47.633	-	-	-	78.177
IPI (c)	-	19.914	-	-	-	19.914
FAP/RAT	6.886	127	-	56	956	8.025
Outros riscos tributários	2.216	6.491	-	-	-	8.707
	<u>53.970</u>	<u>75.782</u>	<u>339</u>	<u>56</u>	<u>1.931</u>	<u>132.078</u>
Trabalhistas	32.063	17.164	(4.882)	(19.868)	(2.052)	22.425
Cíveis	10.663	14.403	(5.080)	(10.410)	(199)	9.378
	<u>96.696</u>	<u>107.349</u>	<u>(9.623)</u>	<u>(30.222)</u>	<u>(319)</u>	<u>163.881</u>
Depósitos judiciais	56.491	39.651	(18.063)	-	1.312	79.391

- (a) A Companhia impetrou ação judicial contra a União Federal requerendo a inconstitucionalidade da aplicação da Lei Complementar nº 110/01, a qual não respeitou o princípio da anterioridade para alteração da alíquota do FGTS. Tendo em vista a revogação parcial da tutela, em 19 de maio de 2004, a Companhia optou por continuar fazendo os depósitos judiciais das contribuições sociais e não o recolhimento das aludidas cobranças.
- (b) A Companhia ingressou com medida judicial (Ação Declaratória no rito Ordinário), e obteve decisão favorável através da concessão de antecipação de tutela, para excluir o ICMS sobre vendas de mercadorias da base de cálculo do PIS e da COFINS, tal medida é necessária em função da Lei 12.973 de 13 de maio de 2014. Apesar da decisão favorável, a Companhia entende a necessidade de aguardar a confirmação da tutela com o trânsito em julgado da ação, mantendo assim a provisão contábil dos efeitos de tal medida judicial.
- (c) A Companhia ingressou com medida judicial (Ação Declaratória no rito Ordinário) com fundamento na Lei nº 4.502/54 e no CTN, e obteve decisão favorável através da concessão de tutela antecipação confirmada em sentença de primeira instância, para suspender a exigibilidade do IPI incidente na saída dos produtos importados do CD da Companhia para comercialização/revenda.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas mantinham outros processos tributários em andamento, cuja materialização, na avaliação dos consultores legais, é classificada como perda possível, no valor de R\$542.154 (R\$546.808 em 31 de dezembro de 2015), para os quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, entende não ser necessária a constituição de provisão.

A Companhia e suas controladas estão contestando o pagamento de certos impostos, contribuições, obrigações trabalhistas e processos cíveis e efetuaram depósitos para recursos de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais e depósitos em caução relacionados com os recursos sobre processos judiciais, no montante de R\$79.391, sendo R\$64.898 da Controladora (R\$56.491 em 31 de dezembro de 2015, sendo R\$54.683 da Controladora).

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Companhia, no montante de R\$899.597 (R\$899.597 em 31 de dezembro de 2015), estava representado por 204.085.999 ações ordinárias, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, distribuído conforme segue:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Valor R\$	Total de ações	%	Valor R\$	Total de ações	%
Acionistas domiciliados no País - bloco de controle (pessoas físicas)	668.948	151.760.153	74,36	676.122	153.387.531	75,16
Mercado	230.649	52.325.846	25,64	223.475	50.698.468	24,84
	<u>899.597</u>	<u>204.085.999</u>	<u>100,00</u>	<u>899.597</u>	<u>204.085.999</u>	<u>100,00</u>

b) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 450.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal.

c) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a reserva de retenção de lucros não foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, em virtude do prejuízo apurado nos referidos exercícios.

d) Política de distribuição de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes a legislação societária brasileira.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, em virtude do prejuízo apurado no exercício não há proposição de distribuição de dividendos.

e) Plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações (stock option)

Em 05 de dezembro de 2016, foi celebrado o Contrato de Opção e Outorga para cada um dos oito executivos da Companhia, sendo o preço de exercício das opções fixado em R\$7,54 para cada ação, sem previsão de correção. O modelo empregado na determinação do preço justo da opção do tipo bermuda é uma variação do modelo de Cox-Ross-Rubinstein, mais conhecido como modelo de árvores binomiais. O instrumento prevê ajuste na quantidade de ações outorgadas para os casos de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversões de ações de espécie/classe. A volatilidade empregada foram os retornos logarítmicos dentro de uma janela de 1 ano entre 05/12/2015 e 05/12/2016. A volatilidade encontrada empregando EWMA foi de 2,61% ao dia útil.

A Companhia, por decisão do seu Conselho de Administração, observando limites impostos pela regulamentação aplicável à época, irá definir, a cada exercício, se as ações objeto do contrato de opção serão adquiridas mediante a emissão de novas ações dentro do limite do capital autorizado ou mediante compra e venda de ações mantidas em tesouraria que serão emitidas ou adquiridas em virtude do plano, observada a regulamentação em vigor.

A posição das opções outorgadas em aberto é demonstrada a seguir:

Outorga	Data		Quantidade - mil		Outorga Valor justo da opção	Preço de exercício	
	Início do exercício	Final do exercício	Opções outorgadas	Opções em aberto		Na outorga	Atualizado IPCA
09/05/2012	31/03/2013	09/05/2017	146	3	11,68	14,84	19,83
22/05/2013	29/05/2014	22/05/2019	170	48	9,47 a 14,44	25,26	32,38
03/06/2013	31/03/2014	22/05/2016	129	13	12,39	23,99	30,70
30/05/2014	22/05/2015	22/05/2020	263	84	6,29 a 9,24	12,51	15,09
05/12/2016	05/12/2018	05/12/2026	2.340	2.340	3,78	7,54	n/a
			<u>3.048</u>	<u>2.488</u>			

A movimentação ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 nas opções outorgadas em aberto está apresentada abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial de opções de compra de ações - mil	392	710
Emissão de opções de compra de ações - mil	2.340	-
Cancelamento das opções de compras de ações – mil	(244)	(318)
Saldo atual do número de opções de compra de ações - mil	2.488	392

O valor justo para os planos de opções de compra das ações (stock option) foi calculado na data de outorga de cada plano e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos no resultado, na rubrica “Despesas operacionais”, e no patrimônio líquido, na rubrica “Reserva de capital”, como segue:

Ano da outorga	Despesas incorridas	Despesas 31/12/2016	Estorno no exercício (i)	Exercícios futuros	Total
2008	648	-	(648)	-	-
2011	3.690	-	(3.690)	-	-
2012	1.361	-	(1.241)	-	120
2013	2.532	90	(2.135)	55	542
2014	873	137	(598)	142	554
2016	-	229	-	8.606	8.835
	9.104	456	(8.312)	8.803	10.051

- (i) Em virtude da saída de alguns executivos que compunham as opções cuja extinção do plano é automática, bem como o não exercício das opções dentro do prazo estabelecido, a Cia realizou o estorno do valor justo apropriado durante os exercícios em que a outorga estava vigente. Os lançamentos estão refletidos nas mesmas contas originais, no resultado na rubrica “Despesas operacionais” e no patrimônio líquido, na rubrica “Reserva de capital”.

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional bruta:				
Vendas de mercadorias	3.233.968	3.648.011	3.233.968	3.649.390
Operações com cartão de crédito	-	-	354.911	359.482
Prestação de serviços	11.513	4.766	184.661	181.433
Operação com crédito pessoal	-	-	129.793	184.089
Impostos incidentes:				
Vendas de mercadorias	(825.336)	(945.006)	(825.336)	(945.322)
Prestação de serviços	(1.215)	(599)	(21.806)	(29.095)
Devoluções:				
Vendas de mercadorias	(203.406)	(234.687)	(203.406)	(235.071)
	2.215.524	2.472.485	2.852.785	3.164.906

24. CUSTOS DA REVENDA DE MERCADORIAS, DAS OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO, DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Custo da revenda de mercadorias	(1.135.760)	(1.323.212)	(1.135.760)	(1.323.506)
Custo de operações com cartão de crédito	-	-	(248.842)	(241.346)
Custo da prestação de serviços	-	-	(110.904)	(128.870)
Custo de operações com crédito pessoal	-	-	(42.744)	(94.396)
	<u>(1.135.760)</u>	<u>(1.323.212)</u>	<u>(1.538.250)</u>	<u>(1.788.118)</u>

25. DESPESAS COM VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Despesas com pessoal e serviços	(461.893)	(428.094)	(455.128)	(413.475)
Utilidades públicas	(84.699)	(87.502)	(84.867)	(88.526)
Despesas de comunicação, distribuição e locação	(349.597)	(338.129)	(353.650)	(353.046)
Outras	(35.841)	(33.323)	(35.855)	(44.129)
	<u>(932.030)</u>	<u>(887.048)</u>	<u>(929.500)</u>	<u>(899.176)</u>

26. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Despesas com pessoal e serviços	(136.601)	(114.887)	(182.971)	(155.026)
Utilidades públicas	(7.761)	(6.383)	(11.432)	(8.384)
Despesas locatícias	(5.484)	(4.320)	(9.426)	(4.609)
Despesas tributárias	(1.290)	(3.118)	(1.350)	(3.149)
Outras	(11.459)	(11.545)	(11.933)	(12.808)
	<u>(162.595)</u>	<u>(140.253)</u>	<u>(217.112)</u>	<u>(183.976)</u>

27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Créditos tributários	161	21.446	13.121	21.488
Despesas recuperadas	2.892	4.193	10.023	5.610
Constituição de provisão/perdas para litígios e demandas judiciais, líquida	(10.095)	(23.101)	(24.987)	(39.207)
Outras	11.161	(6.544)	14.583	(5.650)
	<u>4.119</u>	<u>(4.006)</u>	<u>12.740</u>	<u>(17.759)</u>

28. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Despesas financeiras:				
Ajuste a valor presente – fornecedores	(50.967)	(46.627)	(50.967)	(46.627)
Perda em “swap”	(24.486)	(26)	(62.600)	(15.721)
Juros	(111.555)	(128.549)	(114.157)	(132.209)
Ganho (perda) com instrumentos financeiros (a)	(3.445)	9.995	(3.445)	9.995
Despesas bancárias	(4.311)	(2.500)	(5.187)	(3.319)
Variação cambial empréstimos	16.053	(3.160)	38.006	(53.019)
Variação monetária passiva	(2.313)	(1.921)	(2.313)	(1.921)
Descontos concedidos	(56)	(73)	(10.076)	(6.393)
Outras	(3.789)	(10.723)	(4.746)	(16.614)
	<u>(184.869)</u>	<u>(183.584)</u>	<u>(215.485)</u>	<u>(265.828)</u>
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	39.812	46.780	54.846	57.555
Ganho em “swap”	-	2.187	-	55.263
Variação cambial ativa	-	224	-	224
Descontos obtidos	266	551	323	578
Outras	1.554	1.418	6.046	5.467
	<u>41.632</u>	<u>51.160</u>	<u>61.215</u>	<u>119.087</u>

(a) Para mais detalhes, vide Nota Explicativa nº 30.e).

29. PREJUÍZO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra o cálculo do prejuízo líquido por ação básico e diluído:

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo líquido de operações em continuidade atribuível a detentores de ações ordinárias da controladora	(88.006)	(35.764)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o lucro básico por ação	204.086	192.243
Efeito da diluição:		
Opções de ações	-	-
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	<u>204.086</u>	<u>192.243</u>
Prejuízo líquido por ação básico e diluído - R\$ (a)	<u>(0,43122)</u>	<u>(0,18604)</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2016, o preço de exercício estimado das opções de ações em aberto era superior ao preço médio de mercado das ações durante o exercício e, portanto, não ocasionaram efeito diluidor.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO

30.1 Visão Geral

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de crédito, de liquidez e de mercado, os quais são gerenciados ativamente em conformidade à Política de Gestão de Risco Financeiro (“Política de Risco”) e diretrizes internas a ela subordinadas.

a) Risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito das controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco). O saldo de clientes sujeito a risco de crédito está apresentado na nota explicativa n.º 8. A Companhia registrou provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$83.649 (R\$115.814 em 31 de dezembro de 2015), para cobrir os riscos de crédito.

A Companhia mantém seu caixa e equivalentes de caixa com instituições financeiras de primeira linha e não limita sua exposição a uma instituição em particular. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários sujeitos a risco de crédito estão apresentados nas notas explicativas n.º 6 e 7.

b) Riscos de mercado

A Companhia e suas controladas atuam internacionalmente na compra de estoque para revenda, o que expõe ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar norte-americano. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras.

A Administração estabeleceu uma política que exige que, por meio de seu Diretor Financeiro, se apresente mensalmente ao Conselho de Administração a posição atual de exposição em moeda estrangeira e seus riscos inerentes para a tomada de decisão de necessidade ou não de uma proteção para risco cambial.

A Companhia, preocupada com a volatilidade do dólar frente ao real, optou por realizar operações de hedge de fluxo de caixa, cujo objetivo é a proteção cambial das importações.

c) Risco de liquidez

Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, o Departamento de Operações Financeiras mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia e de suas controladas, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia e de suas controladas envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia e por suas controladas:

	31/12/2016					
	Saldo contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	309.504	313.443	313.443	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	819.165	1.052.651	166.910	576.974	303.613	5.153
Arrendamento mercantil financeiro a pagar	2.359	2.521	2.192	330	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	22.341	22.341	716	21.625	-	-
	1.153.369	1.390.956	483.261	598.929	303.613	5.153

31/12/2015						
	Saldo contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	205.439	209.133	209.133	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.091.928	1.440.842	477.188	87.707	819.690	56.257
Arrendamento mercantil financeiro a pagar	6.132	7.688	5.160	2.261	267	-
Instrumentos financeiros derivativos	(21.506)	(45.252)	(30.607)	-	(14.645)	-
	<u>1.281.993</u>	<u>1.612.411</u>	<u>660.874</u>	<u>89.968</u>	<u>805.312</u>	<u>56.257</u>

d) Gerenciamento de capital

A Administração da Companhia gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, além de prover retorno aos acionistas.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Total dos empréstimos e financiamentos e debêntures	821.524	1.098.060
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(419.058)	(551.613)
Dívida líquida	<u>402.466</u>	<u>546.447</u>
Total do patrimônio líquido	1.011.636	1.118.845
Capital total	1.414.102	1.665.292
Índice de alavancagem financeira	<u>28%</u>	<u>33%</u>

e) Instrumentos financeiros derivativos não designados como hedge accounting

A Companhia e sua controlada Club captaram empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros, para os quais foram contratadas operações de “swap”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI, acrescido de taxa prefixada.

Essa é uma operação que possui objetivo de proteção cambial e consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de “swap” contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe dos contratos de swaps em aberto é como segue:

Em R\$ mil	31/12/2016						
	Valor de referencia (nocial)	Banco		Companhia		Valor justo	
		Indexador	Juros	Indexador	Juros	Controladora	Consolidado
Vencimento							
Outubro de 2016 (i)	2.945	US\$	-	-	-	175	175
Março de 2017	32.007	US\$	4,43% a.a.	CDI	117,30%	-	(716)
Janeiro de 2018	123.342	US\$	3,17% a.a.	CDI	107,25%	-	(12.523)
Julho de 2018	50.000	US\$	4,31% a.a.	CDI	107,75%	(9.101)	(9.101)
	<u>207.047</u>					<u>(8.926)</u>	<u>(22.165)</u>

Em R\$ mil	31/12/2015						
	Valor de referencia (nocional)	Banco		Companhia		Valor justo	
		Indexador	Juros	Indexador	Juros	Controladora	Consolidado
Vencimento							
Janeiro de 2016	11.360	US\$	1,06 a 2,03% a.a.	CDI	102% a 103%	1.556	1.556
Mai de 2016	6.323	US\$	1,79 a 2,88% a.a.	CDI	102,5%	194	194
Junho de 2016	7.571	US\$	2,04% a.a.	CDI	108,5%	(47)	(47)
Setembro de 2016	39.000	US\$	6,07% a.a.	CDI	117,30%	-	(1.406)
Janeiro de 2018	123.342	US\$	3,17% a.a.	CDI	107,25%	-	3.829
Julho de 2018	50.000	US\$	4,31% a.a.	CDI	107,75%	4.317	4.317
	<u>237.596</u>					<u>6.020</u>	<u>8.443</u>

(i) Valor refere-se a operação de Non-deliverable forward ("NDF") que não faz proteção das importações previstas.

Com a operação de *swap*, a Companhia e suas controladas não estão sujeitas a risco de mudanças nas taxas de câmbio; dessa forma, não foram considerados para serem medidos pela análise de sensibilidade, considerando que a Companhia e suas controladas estão única e exclusivamente expostas à variação do CDI nos contratos de empréstimos.

30.2 Instrumentos financeiros derivativos designados para contabilização de proteção (*hedge accounting*)

A Companhia aplica as regras de contabilidade de *hedge accounting* para seus instrumentos derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, conforme determinado em sua Política de Risco. O hedge de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção, exclusivamente para as operações de compra de mercadorias importadas para revenda, reduzindo desta forma o risco cambial da operação.

As transações para as quais a Companhia fez a designação de *hedge accounting* são altamente prováveis, apresentam uma exposição da variação do fluxo de caixa que poderia afetar o resultado e são altamente efetivas em proteger as variações de fluxo de caixa atribuível ao risco coberto, consistente ao risco originalmente documentado na Política de Risco.

Para a proteção de suas operações, a Companhia optou pela linha de contratos de compra de moeda a termo (Non Deliverable Forward – NDF).

a) Contratos a termo de moedas – Non-deliverable forward ("NDF")

O contrato a termo de moedas é o compromisso futuro de comprar e vender determinadas moedas em certa data no futuro por um preço pré-estabelecido. Por ser um non-deliverable forward, esse contrato não exige a liquidação física das posições contratadas, mas sim a liquidação financeira por diferença entre o preço de liquidação e o preço estabelecido na contratação.

As posições dos contratos a termo de moedas – NDF em aberto em 31 de dezembro de 2016, por vencimento, bem como as taxas médias ponderadas e o valor justo, são demonstrados a seguir:

Vencimentos:	Controladora / Consolidado			
	31/12/2016			
	Notional (US\$)	Taxa média	Valor Justo (R\$)	Objeto (US\$)
Janeiro-17	5.407	3,6574	(2.028)	5.944
Fevereiro-17	5.721	3,5943	(1.640)	6.695
Março-17	3.975	3,5567	(869)	4.878
Abril-17	2.993	3,6115	(744)	3.317
Maio-17	5.578	3,7306	(1.862)	5.788
Junho-17	4.662	3,6201	(943)	6.568
Julho-17	3.855	3,6428	(775)	4.167
Agosto-17	1.216	3,5558	(115)	2.387
Setembro-17	1.125	3,5871	(117)	2.531
Outubro-17	1.501	3,6561	(219)	2.895
Novembro-17	657	3,6162	(59)	2.434
Dezembro-17	651	3,6113	(46)	2.741
	<u>37.341</u>	<u>3,6316</u>	<u>(9.417)</u>	<u>50.345</u>

Vencimentos:	Controladora / Consolidado			
	31/12/2015			
	Notional (US\$)	Taxa média	Valor Justo (R\$)	Objeto (US\$)
Janeiro-16	11.900	3,6209	3.588	7.631
Fevereiro-16	14.035	3,7716	3.294	12.329
Março-16	12.281	3,8188	2.642	11.557
Abril-16	9.630	3,7690	2.780	9.348
Maio-16	2.700	3,8698	549	1.960
Junho-16	1.350	4,0330	146	1.478
Julho-16	620	4,0730	64	681
	<u>52.516</u>	<u>3,7633</u>	<u>13.063</u>	<u>44.984</u>

30.3 Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos

Os ganhos e perdas dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa, enquanto não realizados estão registrados no patrimônio líquido, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora / Consolidado	
	Patrimônio Líquido	
	31/12/2016	31/12/2015
Instrumentos financeiros derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa:		
Riscos de moeda	(9.417)	7.776
IR/CS diferidos sobre perdas (ganhos)	3.202	(2.644)
(Perdas) ganhos líquidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	<u>(6.215)</u>	<u>5.132</u>
 (Perdas) ganhos líquidos reconhecidos no período	 (11.347)	 (1.958)
(Perdas) ganhos líquidos reconhecidos em períodos anteriores	5.132	7.090
	<u>(6.215)</u>	<u>5.132</u>

30.4 Valor justo dos instrumentos financeiros

A Administração da Companhia é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas informações financeiras anuais consolidadas pelos seus valores contábeis (caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, derivativos (*swap*), contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures) não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, em razão de o vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima às dos balanços, exceto a rubrica “Empréstimos e financiamentos”, que é atualizado monetariamente com base em juros variáveis previsto em contrato em linha com as condições de mercado e, portanto, o saldo devedor registrado nas datas dos balanços está próximo do valor de mercado.

As operações de NDFs são precificadas pelo modelo de fluxo de caixa descontado com base nas premissas observadas no mercado BM&F de dólar e juros futuros.

Contudo, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

30.5 Mensuração e hierarquia do valor justo

A tabela a seguir demonstra em detalhes da mensuração e hierarquia do valor justo:

	Controladora			
	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor Contábil	Valor Justo Nível 2	Valor Contábil	Valor Justo Nível 2
Ativos (Passivos) Financeiros				
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e bancos	35.123	-	44.191	-
Contas a receber de clientes	289.916	-	438.828	-
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	300.019	-	309.749	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	19.083	19.083
Passivos financeiros custo amortizado				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(629.016)	(664.685)	(829.890)	-
Arrendamento mercantil financeiro a pagar	(2.057)	(2.090)	(6.132)	-
Fornecedores	(308.879)	-	(203.890)	-
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos	(18.343)	(18.343)	-	-
	<u>(333.237)</u>	<u>(685.118)</u>	<u>(228.061)</u>	<u>19.083</u>
Consolidado				
	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor Contábil	Valor Justo Nível 2	Valor Contábil	Valor Justo Nível 2
Ativos (Passivos) Financeiros				
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e bancos	36.041	-	45.156	-
Contas a receber de clientes	675.857	-	831.241	-
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	383.017	-	506.457	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	21.506	21.506
Passivos financeiros custo amortizado				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(819.165)	(869.231)	(1.091.221)	-
Arrendamento mercantil financeiro a pagar	(2.359)	(2.396)	(6.839)	-
Fornecedores	(309.504)	-	(205.439)	-
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos	(31.582)	(31.582)	-	-
	<u>(67.695)</u>	<u>(903.209)</u>	<u>100.861</u>	<u>21.506</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve transferência entre os níveis 1 e 2 da mensuração do valor justo ou transferências para o nível 3.

30.6 Quadro de Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, único indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Montante	Risco	31/12/2016		
			Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI	363.807	Baixa do CDI	44.897	33.673	22.448
Juros sobre empréstimos sujeitos à variação do CDI	(668.642)	Alta do CDI	(84.237)	(105.296)	(126.356)
Operação	Montante	Risco	31/12/2015		
			Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI	455.027	Baixa do CDI	73.641	55.231	36.820
Juros sobre empréstimos sujeitos à variação do CDI	(982.429)	Alta do CDI	(174.582)	(218.227)	(261.872)

(i) Juros calculados com base na previsão futura do CDI (taxas referenciais BM&F - Ibovespa).

(ii) Juros calculados considerando um incremento de 25% na variação do CDI.

(iii) Juros calculados considerando um incremento de 50% na variação do CDI.

31. ARRENDAMENTO OPERACIONAL - LOCAÇÃO DE LOJAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia possuía contratos de locação firmados com empresas ligadas e terceiros, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

O valor da locação dos imóveis de empresas ligadas é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente à taxa média de 3,11% sobre as vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC-FIPE. Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de cinco anos, podendo ser renovados contratual e automaticamente por até dois períodos de cinco anos.

O valor da locação dos imóveis de terceiros é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente à taxa média de 3,11% sobre as vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de 5 a 15 anos, sujeitos à renovação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as despesas de aluguéis, líquidas de Pis e Cofins a recuperar, no consolidado, totalizaram R\$224.092 (R\$222.455 em 31 de dezembro de 2015). O saldo da rubrica “Aluguéis a pagar” é de R\$23.567 (R\$22.529 em 31 de dezembro de 2015).

Os compromissos futuros oriundos desses contratos, a valores de 31 de dezembro de 2016, totalizam um montante mínimo de R\$947.246 assim distribuído:

<u>Exercício</u>	<u>Valor</u>
2017	202.179
2018	171.941
2019	157.642
2020	141.227
2021 a 2032	274.257
	<u>947.246</u>

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em varejo e operações de crédito. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

- Varejo – atividade de varejo com foco em consumidores da classe C e D.
- Produtos e serviços financeiros, sendo:
 - (i) Operações cartão de crédito - por meio do Cartão Marisa e “Co-Branded” Marisa Itaucard e gerenciado pela controlada Club, ofertam aos consumidores da Companhia o crédito para aquisição de produtos, além de seguros, pagamento de contas e empréstimo pessoal.
 - (ii) Operações crédito pessoal - oferta empréstimo pessoal aos consumidores da Companhia.

Apresentamos abaixo os resultados por segmento:

31/12/2016				
	Varejo	Operações cartões de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Receita líquida de clientes externos	2.224.094	489.654	139.037	2.852.785
Custos do segmento	(1.135.760)	(336.439)	(68.346)	(1.540.545)
Lucro bruto	1.088.334	153.215	70.691	1.312.240
Despesas com vendas	(929.500)	-	-	(929.500)
Despesas gerais e administrativas	(162.894)	(40.282)	(13.936)	(217.112)
Outras despesas operacionais	5.832	11.746	(2.471)	15.107
Resultado operacional do segmento	1.772	124.679	54.284	180.735
Depreciação e amortização				(171.380)
Receitas financeiras				61.215
Despesas financeiras				(215.485)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social				(144.915)

31/12/2015				
	Varejo	Operações cartões de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Receita líquida de clientes externos	2.482.530	486.214	196.162	3.164.906
Custos do segmento	(1.323.506)	(337.926)	(126.686)	(1.788.118)
Lucro bruto	1.159.024	148.288	69.476	1.376.788
Despesas com vendas	(899.176)	-	-	(899.176)
Despesas gerais e administrativas	(141.426)	(29.417)	(13.133)	(183.976)
Outras receitas (despesas) operacionais	(12.469)	(4.841)	(449)	(17.759)
Resultado operacional do segmento	105.953	114.030	55.894	275.877
Depreciação e amortização				(198.805)
Receitas financeiras				119.087
Despesas financeiras				(265.828)
Resultado de equivalência patrimonial				(6.339)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				(76.008)

Em consequência da mudança da estrutura organizacional, a Companhia adotou nova forma de alocação de despesas entre as unidades de negócio a partir de 01 de janeiro de 2015. Tal medida visa medir melhor o resultado individual de cada uma das unidades, assim como melhorar a sua comparabilidade com nossos pares e traz maior flexibilidade em eventuais futuras movimentações estratégicas que a Companhia possa avaliar.

O somatório dos ativos totais dos segmentos de varejo, operações cartões de crédito e operações crédito pessoal é de R\$2.644.049 (R\$2.832.135 em 31 de dezembro de 2015), e dos passivos totais é de R\$1.632.413 (R\$1.713.290 em 31 de dezembro de 2015).

33. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

As coberturas dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2016 e 2015, são assim demonstradas:

	31/12/2016	31/12/2015
Responsabilidade civil	10.000	10.000
Riscos diversos - estoques e imobilizados	219.900	219.350
Transportes	110.219	117.423
D&O - responsabilidade civil	25.000	25.000
Veículos	2.019	2.519
	<u>367.138</u>	<u>374.292</u>
